

Clínica e resistência:
contribuições da racionalidade
vitalista de Canguilhem
ao campo da saúde

Adriana Belmonte Moreira



São Paulo, 2019

} *Sumário*

Prefácio A resistência da vida e a função política da epistemologia • 9

Introdução A saúde como um campo de reflexão filosófica • 17

Capítulo 1 Medicina: uma arte enraizada na vida • 47

1.1 A concepção de vida • 58

1.2 O vitalismo materialista canguilhemiano • 87

1.3 A técnica médica • 101

Capítulo 2 Arte da cura ou ciência das doenças? • 111

2.1 O normal e o patológico • 117

2.2 Ciência e técnica • 126

2.3 O doente e a doença • 150

Capítulo 3 Medicina, psicologia e normalização • 159

3.1 Norma e normalização • 170

3.2 Saúde, adaptação e resistência • 177

3.3 A oposição à psicologia do comportamento • 188

Capítulo 4 A revitalização da clínica • 207

4.1 O sentido da crítica ao modelo biomédico moderno • 212

4.2 A racionalidade médica vitalista • 221

4.2.1 O indivíduo concreto, sua saúde, sua doença • 236

4.2.2 O método, o diagnóstico, a terapêutica e a cura • 245

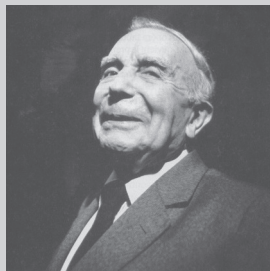
4.3 A atualidade de Canguilhem • 260

Conclusão Rumo a uma nova racionalidade em saúde? • 289

Referências bibliográficas • 297

Índice de termos • 305

Índice de autores • 317



Georges Canguilhem
(1904-1995)



PREFÁCIO

A RESISTÊNCIA DA VIDA E A FUNÇÃO POLÍTICA DA EPISTEMOLOGIA

*Ao invés de irmã do sonho,
a ação é filha do rigor*
(Canguilhem, 1976, p. 34).

Apesar de sua importância e originalidade, o pensamento de Georges Canguilhem é, em larga medida, ainda desconhecido. Basta perceber como apenas na última década encontramos estudos sistemáticos a seu respeito. Se levarmos em conta a situação brasileira, a escassez será ainda mais evidente, o que, por si só, demonstra a singularidade de uma publicação como esta de Adriana Belmonte. No entanto, este *Clínica e resistência: contribuições da racionalidade vitalista de Canguilhem ao campo da saúde* não deve ser saudado apenas por apresentar um autor que mereceria um lugar mais relevante nos estudos da filosofia do século xx. Na verdade, ele inova ao trazer para o debate filosófico contemporâneo a centralidade da articulação entre a clínica e a estrutura de valoração ético-política, aliando a uma reflexão teórica rigorosa a sensibilidade impulsionada pela prática clínica da própria autora.

É certo que um estudo sobre Canguilhem que organiza sua reflexão a partir daquilo que poderíamos chamar de “crítica da razão médico prática” irá, inicialmente, participar dessa importante literatura que procura defender a natureza não realista de conceitos em operação no saber próprio às clínicas do sofrimento psíquico.¹ Em geral, tais pesquisas visam mostrar como a reflexão

¹ Esta literatura é extensa e tem seu momento fundador, entre outros, em Foucault (1962). Para desdobramentos contemporâneos ver, principalmente, Kincauld & Sullivan (2014), assim como Zachar (2014), Cooper (2005) e Murphy (2012).

sobre normalidade e patologia, saúde e doença leva-nos para além de questões de cunho estritamente pragmático, pois se referem também à análise do sistema de valores que estariam presentes em modalidades de intervenção clínica e do seu impacto na produção dos objetos que deveriam descrever. Nesse sentido, há de se lembrar como poucos foram aqueles que, como Canguilhem, souberam extrair as consequências da compreensão de toda individualidade biológica operar por valores, por recusa e seleção. Lembremos de sua afirmação canônica: “Viver é, mesmo para uma ameba, preferir e excluir” (NP, p. 105). A vida é um processo valorativo que não conhece indiferença e que, ao mesmo tempo, implica plasticidade normativa.

Mas, e esta é de certa forma a questão central a animar o livro de Adriana Belmonte, sendo a vida um processo valorativo, como admitir que as orientações que guiam perspectivas hegemônicas de intervenção clínica pudessem ser neutras em relação a valores? Se elas não são neutras, então é o caso de indagar se a gênese de tais valores exigiria uma perspectiva ampliada de análise na qual modalidades de orientação clínica são compreendidas no interior de sistemas de influências compostos por discursos de forte teor normativo advindos de campos exteriores às práticas terapêuticas como, por exemplo, a cultura, a moral, a estética e a política. Trata-se, nesses casos, de não fornecer às questões clínicas o estatuto de problemas autônomos, mas de reinscrevê-las no interior do sistema de circulação de valores que compõem as várias esferas da vida social como um sistema de implicação constante.

Uma perspectiva como esta não poderia ser diferente vinda de um autor ligado a reflexões epistemológicas sobre a biologia e a medicina cuja perspectiva analítica o aproximava do que se convencionou chamar de “epistemologia histórica”. De fato, nomes como Canguilhem, Bachelard, Cavallès e Koyré são lembrados por vincularem radicalmente reflexão epistemológica e reconstrução histórica das ciências. No entanto, essa verdadeira

“epistemologia histórica” não era resultante apenas da submissão da epistemologia à *história das ciências*. Lembremos, por exemplo, de colocações como a de Alexandre Koyré: “A evolução do pensamento científico, ao menos durante o período por mim estudado, não formava uma série independente, mas estava, ao contrário, fundamentalmente ligada à evolução de ideias *transcientíficas*, filosóficas, metafísicas, religiosas” (Koyré, 1973, p. 12-3). Ou seja, tratava-se de inserir tais reflexões sobre a história das ciências em um quadro mais amplo de história das ideias, dos sistemas filosóficos, religiosos, em suma, de uma história geral das sociedades.

Para alguém como Foucault, que partilha os pressupostos fundamentais dessa epistemologia histórica, se o pensamento científico não forma uma série independente, mas está ligado a um quadro mais amplo de ideias historicamente determinadas, é porque a reflexão epistemológica não deve perguntar-se apenas sobre os poderes e direitos de técnicas e proposições científicas que aspiram validade, mas deve esclarecer a gênese dos padrões de racionalidade e as condições de exercício que se encarnam em técnicas e proposições, assim como se encarnam nas outras formações discursivas que compõem o tecido social. De fato, há algo disso em Canguilhem, como podemos ver na seguinte afirmação:

A história das ideias não pode ser necessariamente superposta à história das ciências. Porém, já que os cientistas, como homens, vivem sua vida num ambiente e num meio que não são exclusivamente científicos, a história das ciências não pode negligenciar a história das ideias (Canguilhem, 1990, p.25).

Mas há em Canguilhem um elemento a mais, que não escapa ao olhar de Adriana Belmonte, e que de fato não poderia escapar a alguém que se formara inicialmente nas pesquisas da filosofia de Friedrich Nietzsche, a saber, há em Canguilhem a força nor-

mativa de uma filosofia da vida.² Uma filosofia da qual se deriva uma ética e, principalmente, uma política capaz de articular vida, potência e valor. Pois esse vitalismo que é, acima de tudo, materialista e antimecanicista, aparece como fundamento para uma prática de resistência aos processos de administração calculista da vida e dos corpos “orientados pelo valor de controle da natureza”.

Adriana Belmonte segue Canguilhem, de forma sistemática, em sua denúncia da transformação da medicina, de uma arte da cura em uma ciência de intervenção que se orienta a partir da compreensão da patologia como desvio e anomalia. O nascimento do hospital e a ambição sócio-política-médica higienista de regulamentar a vida dos indivíduos a partir de uma normatividade que se confunde com normalidade, com padrão médio, colabora para uma desindividualização da doença que retira do horizonte de intervenção clínica a possibilidade da vida aparecer como força plástica de criação contínua de novas normas a partir da contingência de processos orgânicos até então não predicados.

É importante para Adriana Belmonte insistir que, longe de ser mero equilíbrio e adaptação a um meio compreendido como sistema absolutamente estável, a saúde aparece em Canguilhem como capacidade da individualidade biológica ser o centro produtor de normatividade, capacidade de operar a partir das infidelidades e variações do meio, de expressar uma vida que é “reatividade po-

² Poderíamos mesmo dizer que a perspectiva de Adriana Belmonte e o sentido de seu trabalho estão claramente sintetizados em passagens como a seguinte: “Como Nietzsche, tomando a vida como potência valorativa que tende à expansão e à superação, como movimento incessante de ensaio, experimentação e criação de novas formas, é através da afirmação da reatividade, criatividade e liberdade vitais – já que ela pode transgredir seus próprios hábitos, ensaiar, experimentar, improvisar novos modos de ser e insurgir-se contra as imposições do meio – que Canguilhem consegue opor-se a uma perspectiva ideológica de mecanização e conseqüente desvalorização da vida; perspectiva a seu ver inaugurada pela teoria cartesiana do animal-máquina que, inseparável da proposição “penso logo existo”, apresentou o corpo como incapaz de linguagem e de invenção, servindo posteriormente de base para a constituição de uma ciência biológica materialista e mecanicista que procurou eliminar da vida qualquer referência a valores” (p. 52).

larizada de conflito com o meio”. O meio absolutamente estável e regular é um meio de laboratório e nunca poderia fornecer uma perspectiva concreta (nos termos de Politzer) capaz de descrever os processos valorativos próprios a um organismo vivo. Processos esses que se servem de anomalias e mesmo de monstruosidades para fazer da errância no interior de um meio ambiente instável a forma pela qual a vida testa novas formas e segue novas normatividades. Por integrar a errância à normatividade imanente ao vivente, Canguilhem trará a figura de um vitalismo sem teleologia.

Na verdade, abre-se assim uma via pouco explorada de relação entre biologia e política. Normalmente, as articulações entre os dois campos visam a naturalização de normatividades sociais. Estratégia recorrente que procura, através do uso reiterado de metáforas biológicas, desqualificar todo conflito relativo à validade das normas sociais. As patologias sociais como desvios que podem colocar em risco a vida das sociedades, as metáforas das instituições políticas como corpos políticos: em todos esses casos veríamos o resultado de uma tentativa insidiosa de fazer passar por natural o que seria resultado de processos de constituição histórica. Isso sem contar com os usos do biológico como horizonte de justificação de políticas eugenistas e racistas (Rudolph Hess afirmava, por exemplo que “o nacional-socialismo nada mais é que biologia aplicada”), da enteléquia de Driesch como o Führer do organismo ou da brutalidade da espoliação econômica a partir do darwinismo social.

No entanto, um dos muitos méritos do livro de Adriana Belmonte é mostrar como, a partir de Canguilhem, podemos perguntar se as figuras totalitárias produzidas pela aproximação dos discursos da política e da biologia, com suas metáforas da sociedade como um organismo no qual lugares e funções estariam funcionalmente determinados, ou ainda através das temáticas do darwinismo social, não seriam resultantes de uma compreensão completamente incorreta do que é uma normatividade vital.

Assim, ao invés de simplesmente cortar toda possibilidade de articulação entre os dois campos, há uma operação mais astuta que consiste em dar ao conceito de “vida” uma voltagem especulativa renovada com fortes consequências para a configuração das práticas de intervenção clínica.

Note-se assim como entramos em uma reflexão sobre o sentido da filosofia contemporânea ter, em larga medida, retirado de seu horizonte a necessidade de assumir para si a tarefa de fornecer uma filosofia da natureza. Nossa sensibilidade contemporânea compreende o recurso filosófico aos conceitos de natureza e vida como expressão maior de alguma espécie de sono metafísico a ser definitivamente extirpado. O que nos propõem atualmente é um figurino filosófico mínimo no qual tanto história quanto natureza, tanto filosofia da história quanto filosofia da natureza não teriam mais lugar. Nesse sentido, a experiência intelectual de Canguilhem, e isso fica claro neste *Clínica e resistência*, fornece uma via inovadora para recuperar os tópicos de uma filosofia da natureza a partir da leitura epistemológica dos campos da biologia e da medicina.

Canguilhem conseguiu o feito notável de aliar, em uma escrita rigorosa, a reconstrução sistemática do campo factual das ciências e a especulação sobre o sentido de seus objetos e dinâmicas. Poucos foram os filósofos no século xx a irem tão longe nessa escrita híbrida, na qual a epistemologia se transmuta, no seu ponto máximo de rigor, em discurso especulativo. Essa articulação permite a Canguilhem expor a vida como fundamento da plasticidade normativa do vivente; o que leva Adriana Belmonte a lembrar, a respeito da perspectiva de Canguilhem, que “nessa perspectiva, a irregularidade e a anomalia não serão concebidas como acidentes afetando o indivíduo, mas como sua existência mesma, e a singularidade individual não será interpretada como um erro, mas como um ensaio; não como uma falta, mas como uma aventura vital” (p. 84). Recuperação da plasticidade que aparece como o

verdadeiro horizonte das modalidades de intervenção clínica. Uma clínica que, como dirá a autora, é peça fundamental para “a liberação da potência política do corpo” (p. 169) e para a constituição de uma biopolítica vitalista transformadora com consequências maiores para os setores que compõem o campo de ação terapêutica da saúde pública.

Vladimir Pinheiro Safatle





Gustav Klimt (1862-1918) – Hygieia, detalhe de Medicina, 1910.

Para continuar a leitura compre seu exemplar
pelo e-mail vendas@scientiaestudia.org.br



Este livro foi composto em filosofia
e impresso em papel pólen 80 g/m²
na gráfica Bartira, em 2016.